BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: A DIVISÃO DE BIBLIOTECAS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO (1935)

PUBLIC LIBRARIES AND CULTURAL POLICIES: LIBRARIES DIVISION OF THE DEPARTMENT OF CULTURE AND RECREATION OF THE CITY OF SÃO PAULO (1935)

Leonardo da Silva de Assis

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira
mbol.lucia@gmail.com

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: Este trabalho é resultado da dissertação intitulada "Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade de São Paulo. Traz a criação da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). Apresenta, discute e analisa a política cultural colocada em prática, bem como as ações que foram realizadas pela Biblioteca Infantil, Biblioteca Municipal, Biblioteca Circulante e Biblioteca Popular no período de 1935 até 1938. Por meio da pesquisa qualitativa e busca de documentos em arquivos, apresenta as discussões políticas, documentos de época e as atividades na Divisão de Bibliotecas para período. Discute a relação do Estado frente a projetos que envolvam a informação, a cultura e a sociedade, na perspectiva compreensiva no campo das políticas culturais. Identifica os pontos de articulação que as bibliotecas públicas da Divisão de Bibliotecas realizaram com o Estado à luz das políticas culturais. Conclui que o Departamento de Cultura e a criação da Divisão de Bibliotecas estabeleceu um novo padrão de intervenção do Estado na área da cultura, bem como nas atividades realizadas pelas bibliotecas públicas em sociedade.

Palavras-Chave: Biblioteca Pública; Política Cultural; Ação Cultural; Informação Pública.

Abstract: This work is the result of the dissertation entitled "Public Libraries and Cultural Policies: Libraries Division of the Department of Culture and Recreation of the City of São Paulo (1935)" developed in the context of the Post-graduate in Information Science, University of São Paulo. Brings to the creation of the Division of Libraries, Department of Culture and Recreation of the City of São Paulo (1935). Presents, discusses and analyzes the cultural policy put in place as well as the actions that were performed by the Children's Library, City Library, Library Current and Popular Library in the period from 1935 until 1938. From qualitative research and search for documents in archives, presents the political discussions, documents and activities in the Division for Libraries period. Discusses the relationship of the state against projects involving information, culture and society, comprehensive perspective in the field of cultural policies. Identifies the points of articulation that public libraries of the Division of Libraries held with the State in the light of cultural policies. Concludes that the Department of Culture and the Creation of the Division of Libraries has set a new standard for state intervention in the field of culture as well as the activities carried out by public libraries in society.

Keywords: Public Library; Cultural Policy; Cultural Action; Public Information.

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar, discutir e analisar a Política Cultural do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura do Município de São Paulo (1935), com enfoque nas Bibliotecas Públicas da Divisão de Bibliotecas. Nesse sentido, apresenta as políticas pensadas para esse equipamento cultural, bem como as ações colocadas em prática no período de 1935 até 1938. Tal recorte temporal foi realizado devido ao afastamento de Mário de Andrade e de outros membros do Departamento de Cultura no ano de 1938, o que descaracterizou o projeto inicial proposto por seus idealizadores.

Dentre a extensa quantidade de obras publicadas sobre o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, buscamos a literatura que apresenta o referido Departamento como uma experiência que contou com a participação de diferentes atores, com projetos e planos direcionados para cada setor da política cultural executada. Sobre esse prisma de análise destacam-se as pesquisas de Elizabeth Abdanur (1992), Patrícia Raffaini (2001) e Roberto Barbato Júnior (2004). De modo específico para a Divisão de Bibliotecas, temos os trabalhos de May Brooking Negrão (1983), Denise Pedroso Gomes (2008), Suelena Pinto Bandeira (2007) e Gabriela Pellegrino Soares (2007). Vale lembrar ainda as obras de Paulo Duarte (1974; 1977), utilizadas como bibliografia fundamental para a discussão sobre o Departamento de Cultura.

A partir dos trabalhos apresentados acima, constatamos que a criação do Departamento de Cultura pode ser considerada pioneira no país no que diz respeito à configuração de uma política cultural implantada pelo Estado. No entanto, ao longo da pesquisa vimos que tal momento não é explorado pelos autores com respectivo detalhe no que tange às bibliotecas públicas e as ações que a Divisão de Biblioteca colocou em prática no período. A Divisão de Bibliotecas, enquanto Mário de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura, propôs diferentes iniciativas de acesso à informação que alcançavam desde as crianças, com a Biblioteca Infantil, até os adultos, com o planejamento, por exemplo, das Bibliotecas Populares. Nesse relacionamento entre as políticas culturais e as bibliotecas públicas que esta comunicação busca um campo de discussão.

Como metodologia de trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a identificação na literatura científica das temáticas problematizadas no que diz respeito às discussões sobre bibliotecas públicas e políticas culturais, de modo a trabalhar com os conceitos e propostas que permeiam a ação do Estado frente às iniciativas de acesso à informação na

sociedade. Da mesma forma, fez-se uso da prática de pesquisa em documentos históricos como, por exemplo, atas de fundação, registros fotográficos, cartas, entrevistas, publicação em diários oficiais e jornais de época. Sobre a Divisão de Bibliotecas, foram realizadas visitas aos arquivos da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e da Biblioteca Mário de Andrade, locais que apresentam documentação relevante sobre a criação da Divisão de Bibliotecas.

2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: UM MODO DE OLHAR

O conceito de biblioteca pública é recente na história da humanidade. Este começa a ser construído a partir da Idade Moderna, com a intervenção dos Estados na vida em sociedade e pelo florescimento da democracia. Emir Suaiden (1995) expõe que o momento de grande destaque com relação a esse tipo de biblioteca acontece quando da publicação do "Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas", em 1949. Esse Manifesto sofreu alterações ao longo do tempo (UNESCO, 1949; 1972; 1994) e a biblioteca pública passou a se abrir cada vez mais para os serviços prestados à comunidade. Em 1994, o "Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas" foi revisado, com a parceria da IFLA, e a biblioteca passou a ser assim definida: "A biblioteca pública é o centro local da informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento" (UNESCO, 1994).

Orlanda Jaramillo e Mónica Montoya Rios (2000) fizeram um estudo de modo a discutir o conceito de biblioteca pública ao longo do tempo, com a apresentação de definições expostas por diferentes autores. Utilizando esse estudo proposto pelas autoras, bem como a conceituação apresentada pelo Manifesto da UNESCO, propomos uma definição de biblioteca pública que serve para nortear nosso campo de análise. A biblioteca pública é uma instituição gerida pelo Estado que proporciona o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes. Fundamenta-se em legislação específica, é financiada por orçamento público, garante igualdade de acesso a qualquer cidadão, sem distinção de nacionalidade, cor, situação social, nível educacional, crenças ou gênero. Visa, sobre preceitos democráticos, o desenvolvimento humano dos que fazem parte da comunidade, por meio de serviços realizados de modo gratuito, sendo coordenada por profissionais da área.

Sobre as políticas culturais, a conceituação do tema pode ser encontrada em autores como UNESCO (1969; 1982), Néstor García Canclini (1987), Teixeira Coelho (2004), Michel de Certeau (1995; 1998), Jim McGuigan (1996), Toby Miller e George Yúdice (2004), Albino Rubim (2007) e Alexandre Barbalho (2008). Dentre a série de questões envolvidas na conceituação das

políticas culturais cabe destacar, por exemplo, que estão presentes: os diferentes atores envolvidos – sociedade civil, Estado, instituições públicas e privadas –; as necessidades culturais; os desejos; as questões simbólicas como metas; o caráter burocrático-administrativo; e, por fim, a discussão de uma intervenção sistemática do Estado no acesso e uso da cultura. As contribuições dos autores mencionados esboçam um panorama de como o assunto possui diferentes abordagens na literatura. O que podemos inferir é que essas questões levaram a um amadurecimento do tema com relação ao acesso e ao uso da cultura em sociedade.

Em nossa perspectiva de análise, o Estado deve atuar conjuntamente com a sociedade, garantindo ao indivíduo o direito de participar de forma ativa da vida cultural. Com isso, o acesso e o uso da cultura, a partir da iniciativa do Estado, ocorrem, sobretudo, por meio de ações desenvolvidas nos equipamentos culturais, como, por exemplo, os museus, as bibliotecas e os centros culturais. De modo específico para as bibliotecas que trabalham com o acesso à informação, a criação da Divisão de Bibliotecas pelo Departamento de Cultura marca uma intervenção do Estado por meio de uma política cultural.

3 O DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo passou por profundas transformações administrativas a partir do mandato do prefeito Fábio Prado, entre 1934 e 1938, cuja gestão municipal desenvolveu projetos nas áreas social, urbanística e cultural da cidade. Segundo o prefeito, as leis promulgadas na cidade podiam ser divididas em três ordens distintas, sendo: “aquelas de caráter social, as de feição cultural, que não deixam de ter muito do caráter social e as meramente administrativas” (*O Estado de S. Paulo*, 1 mar. 1936, p. 5). O Departamento de Cultura e Recreação aparece nesta ordem relacionado às leis de “feição cultural”. Nota-se, pela primeira vez, a preocupação com a cultura, originada por um projeto político na cidade de São Paulo, com o envolvimento de diferentes instituições.

Os trabalhos do Departamento de Cultura do Município de São Paulo têm início em 30 de maio de 1935, a partir do Ato Municipal nº 861. Com essa lei criou-se o Departamento de Cultura e foi apresentada a organização das divisões que o comporiam. Segundo o Ato Municipal nº 861, o Departamento de Cultura tinha por objetivo:

> [...] estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural, promovendo e organizando espetáculos de arte, cooperando em um conjunto sistemático de medidas para desenvolver a arte dramática e, de maneira geral, da música, do canto,

> do teatro e do cinema. Também, colocar a cultura ao alcance de todos através de uma estação radiodifusora; palestras e cursos populares de organização literária ou científica; cursos de conferências universitárias; seções literárias e artísticas; enfim, tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento e a extensão da cultura, bem como criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população (SÃO PAULO, 1935[a]).

Do trecho acima, cabe o destaque de que o Estado seria responsável por realizar iniciativas sistemáticas para a área da cultura. Tal proposta se aproxima das exposições traçadas para entendimento de política cultural proposto pela Unesco (1969), bem como por García Canclini (1987) e Teixeira Coelho (2004). Dessa forma, o Departamento de Cultura pôde realizar intervenções, a partir de procedimentos legais, nas diferentes instituições que estavam sob sua responsabilidade. No que diz respeito às bibliotecas, vemos a preocupação do Ato Municipal em "criar e organizar bibliotecas públicas", ou seja, propor uma nova atuação para esse equipamento cultural na cidade de São Paulo, sendo que elas contribuiriam para a difusão da cultura.

A estrutura do Departamento de Cultura foi oficialmente aprovada pelo Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936. Na estrutura do Departamento Municipal de Cultura, além da Divisão de Expansão Cultural que coube a Mário de Andrade dirigir, quatro divisões foram criadas: Documentação Histórica e Social; Bibliotecas; Educação e Recreios; Turismo e Divertimentos Públicos (SÃO PAULO, 1936). Em uma carta endereçada a Câmara Cascudo, Mário de Andrade conta como foram os primeiros momentos no Departamento de Cultura:

> Eu bem contara a você que estava prestes a arrebentar aqui a minha nomeação para chefe duma das divisões dum Departamento de Cultura e Recreação, que a Prefeitura de S. Paulo estava pra criar. Ora de repente fui chamado, e tive o choque dum convite inesperado, não só me titulavam no meu cargo já decidido, como me convidavam pra Diretor de todo o Departamento a se criar. De maneira que, vinda a nomeação, a 30 de maio, não só me vi na Chefia da minha Divisão, mas com o serviço apenasmente quadruplicado, como Diretor-geral, orientador, sistematizador, e o diabo, de todas as quatro divisões do Departamento. (CASCUDO, 2010, p. 270)

A partir desse momento, Mário de Andrade, juntamente com os chefes das Divisões, começa a articular as ações da cultura para São Paulo. Na cidade existiam os Parques Infantis, a Biblioteca Municipal, o Arquivo, o Teatro Municipal e um Serviço de Divertimentos Públicos – relacionado a atividades esportivas. Com tal estrutura foi possível criar o Departamento de Cultura e Recreação, bem como propor novos serviços à população, sendo iniciados os trabalhos da Divisão de Bibliotecas.

3.1 A Divisão de Bibliotecas: projetos e ações

A Divisão de Bibliotecas foi criada por meio do Ato Municipal nº 861, de 30 de maio de 1935 (SÃO PAULO, 1935a). Segundo Paulo Duarte (1977), essa Divisão tinha sob sua responsabilidade os serviços da Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes, Bibliotecas Populares e outras que, com o tempo, fossem sendo criadas. Por motivos de saúde, Endino de Goés não pôde ser o chefe da Divisão de Bibliotecas e Rubens Borba de Moraes foi nomeado para o cargo. Rubens Borba de Moraes deixou seu cargo na Recebedoria de Rendas do Estado para ser chefe da Divisão de Bibliotecas.

A fim de contrapor um cenário no qual as bibliotecas em São Paulo estavam pouco articuladas entre si e com serviços aquém dos cidadãos, Rubens Borba de Moraes iniciou um trabalho efetivo de mudança como chefe da Divisão de Bibliotecas. Segundo Suelena Pinto:

> Além de gostar de livros, de interessar-se por eles e acreditar que sem Bibliotecas não poderia haver cultura, Rubens Borba estava preparado para elaborar um plano de Bibliotecas adequando à realidade nacional as informações fornecidas pelo livro *Bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson, que muito o havia impressionado e que influenciou a biblioteconomia brasileira posteriormente (BANDEIRA, 2007, p. 19-20, grifo da autora).

O plano de trabalho da Divisão de Bibliotecas atendia aos propósitos do Departamento de Cultura como um todo. Uma das primeiras preocupações do Departamento foi a de adquirir bibliotecas particulares de intelectuais falecidos, como, por exemplo, Félix Pacheco e Eduardo Prado. Outras ações do Departamento de Cultura também foram realizadas no período preocupado com a guarda e recuperação de documentos. De acordo com o relato de Paulo Duarte (1977), como exemplo dessas ações, temos: a restauração de documentos antigos, a organização do congresso nacional da língua cantada e a criação de um setor de iconografia.

A gestão do Departamento de Cultura buscou promover a institucionalização de uma política cultural municipal que contou com a participação das bibliotecas, além de outras instituições, como, por exemplo, os Parques, os Museus e os Teatros na cidade. Essa política procurou fazer com que a população tivesse acesso e fizesse uso dos bens culturais disponíveis na cidade, além de promover atividades para o desenvolvimento social dos cidadãos. Com isso, vejamos as principais ações realizadas pelas bibliotecas públicas que constituíam a Divisão de Bibliotecas em seu contato com o público.

3.1.1 A Biblioteca Infantil

A Biblioteca Infantil Municipal[1] foi inaugurada em 14 de abril de 1936, sob a responsabilidade da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo. Segundo jornais da época, esse equipamento cultural foi o primeiro do país especializado no atendimento a crianças e jovens. A proposta do Departamento de Cultura era instalar a Biblioteca Infantil anexa ao prédio da Biblioteca Municipal. No entanto, devido aos problemas enfrentados para a inauguração da Biblioteca Municipal, que ocupava na época instalações improvisadas na rua 7 de Abril, a Biblioteca Infantil foi instalada em um casarão na rua Major Sertório, nº 638.

Por meio do Ato Municipal nº 862, de 30 de maio de 1935, Lenyra Fraccaroli foi nomeada diretora da Biblioteca Infantil (SÃO PAULO, 1935b). Lenyra Fraccaroli foi a primeira responsável pela Biblioteca Infantil Municipal, uma vez que havia participado da implementação de um serviço semelhante a este no Instituto Caetano de Campos. Segundo Patrícia Tavares Raffaini:

> Em abril de 1936 foi inaugurada no prédio n. 690 da Rua Major Sertório e em seu primeiro ano de funcionamento atendeu a 25.547 crianças. Faziam parte da Biblioteca: salas para leitura de livros e revistas, sala de festas e de jogos, e uma sala para a projeção de filmes e para a realização de palestras educativas (RAFFAINI, 2001, p. 68).

A Biblioteca Infantil situada na rua Major Sertório possuía três salas para leitura, uma sala para jogos e um salão para projeção de filmes educativos. Com relação às salas de leitura, esses espaços foram projetados para que as crianças e os jovens tivessem um bom acesso aos livros e às atividades que eram realizadas na biblioteca. O jornal *Diário da Noite* realizou uma visita à Biblioteca Infantil um mês antes da sua inauguração e relatou como era o mobiliário da biblioteca. Vejamos:

> Nas três dependências amplas à nossa vista, chega suave e igual a claridade do exterior. Cores claras, predominando o azul e o branco confundidos numa tonalidade agradável. O mobiliário confeccionado, especialmente para a biblioteca nas oficinas da Prefeitura, se espalha pelas três grandes salas. Tudo elegante, agradável, formando um ambiente simples e atraente.
>
> [...] A biblioteca dispõe também de uma sala para jogos como xadrez, dama, jogos de armar etc. É uma linda dependência ladrilhada, fresca, em cuja, área

[1] Em 1955, a Biblioteca Infantil teve a sua denominação alterada para Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, uma homenagem ao escritor que, por muitos anos, acompanhou com entusiasmo as atividades realizadas pela biblioteca.

> central vae ser colocado um aquário, e inteiramente decorada com palmeiras e espécies vegetais decorativos. A parede fronteira é toda de vidro.
>
> [...] e instalar um cinema sonoro, em outra sala própria para espetáculos. (*Diário da Noite*, 13 fev. 1936, [s.p.])

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 14 de abril de 1936 ([s.p.]), a Biblioteca Infantil Municipal contava com um acervo de 1.400 volumes de livros especializados para as crianças e jovens, além da presença de revistas educativas. Havia ainda mais de 5 mil recortes de revistas nacionais e estrangeiras sobre assuntos educativos. Parte dos livros estrangeiros de que a biblioteca dispunha foram doados pelos cônsules da Itália, Hungria, Japão e Portugal (*O Estado de S. Paulo*, 6 out. 1936, [s.p.]).

Na biblioteca infantil as crianças liam revistas, apreciavam gravuras, mapas, selos e moedas. Outras iniciativas também foram realizadas na Biblioteca Infantil. Dentre as atividades temos: A Hora do Conto, com a participação de escritores para contar eles mesmos as suas histórias; um jornal com recortes de notícias do dia, material para ser apresentado às crianças informando os acontecimentos; um jornal produzido pelas próprias crianças denominado *A Voz da Infância*; e sessões de cinema educativo.

Assim, no âmbito das políticas culturais, a atuação da Biblioteca Infantil colocou em prática um programa de intervenções por parte do Estado (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987), no qual o seu interlocutor era a biblioteca pública. Com isso, foi esboçada uma forma de atuação desse equipamento cultural em sociedade pelos dirigentes do Departamento de Cultura, de modo a colocar em prática a política cultural formulada pela gestão. As atividades realizadas pela Biblioteca Infantil buscaram atingir os objetivos do Departamento de Cultura (MILLER; YÚDICE, 2004; CERTEAU, 1995; RUBIM, 2007), tendo como preocupação o caráter educacional de formação da criança e do jovem como cidadão paulista e brasileiro. Segundo palavras proferidas por Mário de Andrade no dia da inauguração da biblioteca, esse empreendimento "viria naturalmente a contribuir para formar o espírito do futuro paulista" (*O Estado de S. Paulo*, 15 abr. 1936, p. 7).

3.1.2 A Biblioteca Municipal

No dia 14 de janeiro de 1926, foi inaugurado o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal, localizado na rua 7 de Abril, nº 37. Seu primeiro diretor-geral, bem como o responsável pela organização da biblioteca, foi o dr. Eurico Dória de Araújo Góes. Conforme apresentado por Herman José Reipert (1972), cerca de 15 mil volumes faziam parte do acervo

da Biblioteca Pública Municipal quando da sua instalação. Em seu espaço físico funcionavam uma sala de conferência, um projetor cinematográfico, um laboratório fotográfico, além das áreas de consulta e empréstimo de livros. Os trabalhos de May Brooking Negrão (1983) e Herman José Reipert (1972) apresentam o início das atividades da Biblioteca Municipal no período entre 1926 até 1934, que possibilitam uma ampla visão sobre esse equipamento cultural e a sua atuação na cidade de São Paulo.

Quando Rubens Borba de Moraes assumiu a diretoria da Biblioteca Pública Municipal, ela já contava com serviços criados na gestão de Eurico de Góes. Como vimos, essa biblioteca contava com um número expressivo de obras em seu acervo, além da assinatura e disponibilização de revistas, jornais e mapas para o público. Como destaque das atividades e serviços da administração de Eurico de Góes, temos o Empréstimo Domiciliar. Segundo May Brooking Negrão (1983), o serviço de empréstimo das obras começou em 1932 e atendia as pessoas que utilizavam os materiais da Biblioteca Pública Municipal. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12 de fevereiro de 1933, essa biblioteca atendia uma média de 12 mil solicitações de materiais por mês. Não podemos afirmar se esse número é real e comporta os empréstimos das obras, mas podemos inferir que era expressivo e, segundo o referido jornal, colocava a biblioteca em segundo lugar no país em "movimento, perdendo apenas para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro" (*O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1933, p. 6).

O serviço de empréstimo de livros foi continuado na nova gestão da Biblioteca Pública Municipal sob a responsabilidade de Rubens Borba de Moraes. No entanto, nas propostas de trabalho elaboradas pela política cultural do Departamento de Cultura, a primeira preocupação se deu na *aquisição de bibliotecas particulares* e, com isso, na preservação de livros raros que expressavam conteúdos relativos ao Brasil. Segundo relatos de Paulo Duarte (1977), os dirigentes do Departamento de Cultura ficaram surpresos em encontrar mais obras sobre o Brasil em bibliotecas da Inglaterra, França e Alemanha do que em nosso país. Dessa preocupação criou-se na Divisão de Bibliotecas uma seção especial denominada "Brasiliana". Segundo Patrícia Raffaini:

> Para a construção do prédio da biblioteca central foi aberto um crédito especial, em maio de 1936, de 2.100:000$000 réis para compra de um terreno com 100 metros de frente para a rua Xavier de Toledo. Juntamente com esse crédito 650:000$000 réis foram colocados à disposição do Departamento de Cultura para a aquisição da biblioteca brasiliana, conjunto de obras raras sobre o Brasil colonial, que havia pertencido a Félix Pacheco. Essa biblioteca visava sobretudo a formação de uma coleção brasiliana para

> pesquisas específicas acerca da história do país. A compra dessa brasiliana mostra a importância que esses intelectuais davam à preservação da documentação referente à história do país, mas também à necessidade existente de aquisição de material no qual basear suas próprias pesquisas. (RAFFAINI, 2001, p. 68)

Como vemos na citação acima, uma das preocupações dos diretores do Departamento de Cultura era criar um acervo de obras raras que contassem a história do Brasil. Tal preocupação marca o caráter da política cultural colocada em prática, pois demonstra a preocupação com a história e memória do Brasil, o que atinge a questão da identidade nacional. A coleção de Félix Pacheco, considerada compra prioritária pelos diretores do Departamento de Cultura, era avaliada como a segunda brasiliana existente no país – a primeira estava no acervo da Biblioteca Nacional. Faziam parte da coleção de Félix Pacheco livros, mapas, periódicos e gravuras. De acordo com May Brooking Negrão (1983), o intermediador dessa compra pelo Departamento de Cultura foi o historiador Afonso Taunay.

A aquisição da biblioteca Félix Pacheco, considerada uma excelente brasiliana, marca o direcionamento que o Departamento de Cultura buscava alcançar com sua política cultural (MILLER; YÚDICE, 2004). Todo esse processo influía de forma direta na preocupação com a identidade nacional, uma vez que até então não se tinha notícias da preocupação do poder público em formar acervos com esse objetivo. Salvaguardar a história nacional demonstra como o Departamento de Cultura semeou um projeto maior, que iria além das fronteiras do estado de São Paulo. Projeto este que visava atender a um interesse do país, uma vez que os problemas com relação à identidade nacional estavam latentes no período, dado o número de imigrantes que chegaram ao Brasil, além do processo de industrialização que alterou de modo significativo os modos de vida no meio rural e urbano.

Os *periódicos* (revistas e livros) também receberam atenção da Biblioteca Pública Municipal. De acordo com a entrevista de Fábio Prado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 5 de março de 1936 (p. 4) , a Biblioteca Municipal recebeu de forma corrente 330 revistas por ano. Outro serviço inovador do Departamento de Cultura, colocado em prática pela Divisão de Bibliotecas, realizado pela Biblioteca Pública Municipal foi a *Assistência ao Leitor*. Esse serviço tinha como proposta ajudar as pessoas com as suas pesquisas na biblioteca.

Outro serviço que merece destaque na Biblioteca Pública Municipal, no período do Departamento de Cultura, é o *Serviço Bibliográfico Mensal*, que consistia em fornecer listas de livros sobre um determinado assunto ou especialidade às pessoas que o pediam. Os

materiais eram listados de acordo com as obras pertencentes ao acervo da biblioteca, sendo separadas para futura consulta do solicitante. Interessante que esse serviço se aproxima ao que, na área da Biblioteconomia, chamamos de Disseminação Seletiva da Informação.

Por fim, o Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936, estabeleceu em seu artigo 200 que todas as obras adquiridas pela Biblioteca Pública Municipal fossem registradas em um livro denominado *Termo de Registro,* de modo a registrar o patrimônio da biblioteca (SÃO PAULO, 1936).

3.1.3 A Biblioteca Circulante

A Biblioteca Circulante nos moldes do Departamento de Cultura foi a primeira instalada no Brasil, constituindo-se em um serviço de responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal que, de fato, circulava. Em uma ação inovadora para o seu tempo, carros foram adquiridos pela Divisão de Bibliotecas e circulavam pelas ruas da cidade de São Paulo com parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal. Mário de Andrade explicou a proposta da Biblioteca Circulante em um ofício de solicitação de compra dos automóveis que foi enviado para o prefeito Fábio Prado. Esse documento apresenta que:

> Essas bibliotecas circulantes têm dois objetivos principais:
> 1 – destinam-se a levar o livro solicitado por empréstimo até a residência do leitor que o solicitou;
> 2 – destinam-se a proporcionar aos frequentadores dos parques uma leitura imediata, dando assim ao farniente uma orientação cultural (ANDRADE, 1935 *apud* BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 169).

A exposição de Mário de Andrade sobre os objetivos da Biblioteca Circulante são claros: levar o livro ao leitor e promover uma orientação cultural. A proposta de levar o livro ao leitor está dentro daquela perspectiva de popularizar a leitura e os livros na cidade de São Paulo, colocada como uma das principais finalidades da instalação da Divisão de Bibliotecas pelo Ato Municipal nº 861 (SÃO PAULO, 1935a). Nessa linha de pensamento, Luís Milanesi considera que as bibliotecas do Departamento de Cultura "[...] tinham a função de popularizar o patrimônio cultural [...]" (MILANESI, 1993, p. 62). Sobre a orientação cultural, a política cultural do Departamento de Cultura dispunha de uma preocupação com o número de imigrantes instalados na cidade de São Paulo, o que acarretava as discussões com relação a identidade nacional que aparecem nas ações realizadas pelo Departamento de Cultura.

Sendo uma biblioteca sob a responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal, o acervo da Biblioteca Circulante era parte do acervo daquela. Não encontramos em nossas pesquisas um documento que explicite quais materiais compunham os acervos disponibilizados ao público nos automóveis. O único documento sobre o acervo da Biblioteca Circulante a que tivemos acesso no arquivo da Biblioteca Mário de Andrade diz respeito aos assuntos das obras consultadas. No documento "Estatística da Biblioteca Circulante 1936" vemos que o assunto Literatura Infantil é o material mais consultado, seguido de Romances Policiais. Tal constatação demonstra que era expressivo o uso da Biblioteca Circulante por crianças e jovens. Esse índice apresentava tal resultado devido à instalação dessas bibliotecas nos Parques Infantis. Ainda nesse documento de estatística, notamos que revistas e jornais também eram itens de grande consulta na Biblioteca Circulante. Provavelmente pelo pouco tempo de permanência dessas bibliotecas nos bairros, esses materiais eram os que atendiam à leitura rápida dos usuários.

Como modo de funcionamento dessa biblioteca, o Departamento de Cultura adaptou um carro da época e colocou caixas de livros que seriam levadas para empréstimos nos bairros. Assim, a Biblioteca Circulante da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura foi uma inovação para a época no Brasil. Levar livros aos leitores e aos bairros era um atendimento coerente com as finalidades do Departamento de Cultura, na linha explicativa de "levar a cultura às massas", como exposto por Antonio Candido da introdução do livro de Paulo Duarte (1977). A preocupação com o conteúdo do acervo das Bibliotecas Circulantes pode ser aproximada às discussões de política cultural de Michel de Certeau, quando este apresenta que as políticas culturais trabalham com intervenções que podem "corrigir ou modificar o processo em curso" (CERTEAU, 1995, p. 193). O processo em curso que encontramos no momento foi a chegada de imigrantes à cidade de São Paulo. Dessa forma, era preciso interferir nessa esfera, além de orientar culturalmente os filhos desses imigrantes que frequentavam os parques infantis.

3.1.4 A Biblioteca Popular

A conceituação do que viria a ser uma Biblioteca Popular não é simples de ser realizada, pois elas não foram criadas na época. Uma possível conceituação do que viriam a ser tais bibliotecas para o Departamento de Cultura pode ser encontrada no artigo "Biblioteca Popular", de 1939, publicado pela Biblioteca Mário de Andrade em sua *Revista do Livro*, em

1957. Nesse artigo, Mário de Andrade apresenta que as Bibliotecas Populares disseminariam "o hábito de ler" na população. Que a partir disso seria formada uma população urbana mais informada e capaz de discutir as questões da vida nacional. Outra problemática que aparece no artigo diz respeito à questão racial. Para Mário de Andrade tais bibliotecas seriam um caminho para a "estabilização" das questões raciais. Constatamos nesse artigo que os temas de raça e identidade, levantados por diferentes autores, como Gilberto Freire, incidem sobre a forma de pensar a Biblioteca Popular de Mário de Andrade.

Mário de Andrade continua a exposição sobre as Bibliotecas Populares, observando:

> O problema das bibliotecas populares não se resolve porém com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontoado de livros, um "túmulo de livros" como alguém já disse. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar (ANDRADE, 1957, p. 7).

Mário de Andrade inicia a apresentação do que seriam as Bibliotecas Populares com a indicação de que elas não poderiam ser um "amontoado de livros pelos bairros". Traça um perfil para essas bibliotecas como "organismos efetivamente agentes" e "verdadeiras escolas". Com essas colocações vemos que as Bibliotecas Populares seriam instituições que atuariam na questão educacional da população da cidade de São Paulo, a partir de uma orientação cultural realizada por meio do seu acervo e das propostas a serem realizadas nesse equipamento cultural. Continuemos com a exposição de Mário de Andrade:

> Nesse sentido da criação do hábito popular de leitura, creio que os estudos mais sérios feitos entre nós, até agora, foram os do Departamento de Cultura, de São Paulo. Levaram-o a idear um tipo de biblioteca popular, incontestavelmente de uma certa complexidade, mas de espírito eminentemente realista. Me refiro às suas Casas de Cultura, organizadas durante a gestão do grande prefeito Fábio Prado, e que o atual prefeito paulistano, o urbanista Prestes Maia, anunciou que levaria avante (ANDRADE, 1957, p. 7).

Nessa passagem, temos uma das questões mais importantes sobre as Bibliotecas Populares e o Departamento de Cultura. Mário de Andrade expõe que essas bibliotecas foram pensadas para funcionar em Casas de Cultura. Ou seja, as Bibliotecas Populares funcionariam, como, por exemplo, um centro cultural. Segundo Suelena Pinto Bandeira (2007), a primeira biblioteca popular seria instalada no bairro do Brás, a segunda no bairro da Lapa e, por fim, seria criado um complexo cultural com uma Biblioteca Popular e uma Biblioteca Infantil no bairro da Mooca. Podemos inferir ser este o projeto que Mário de Andrade descreve no artigo

"Biblioteca Popular", bem como o que Paulo Duarte (1977) e Rubens Borba de Moraes (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972) comentam como "um modelo mesmo de centro cultural", com a instalação de biblioteca infantil, cinema e outras atividades.

Apesar da urgência na instalação das Bibliotecas Populares pedida por Mário de Andrade a Rubens Borba de Moraes, expressa no Ofício nº 72.030 (SÃO PAULO, 1935c), tais bibliotecas não foram colocadas em prática pelo Departamento de Cultura, nem por gestões posteriores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na sociedade com relação ao acesso e ao uso das informações. Para a plena atuação desse equipamento cultural, acreditamos que elas devam estar integradas às políticas culturais providas pelo Estado e pela sociedade civil. A política cultural do Departamento de Cultura colocou em prática o plano de criar uma rede de bibliotecas na cidade de São Paulo, por meio da Divisão de Bibliotecas.

Como vimos em cada biblioteca da Divisão de Bibliotecas, novos padrões de atividades foram realizados nessa área. Utilizamos este momento para demonstrar um salto qualitativo nas ações para as bibliotecas públicas. Até então não havia no Brasil um projeto político que envolvesse com tamanha responsabilidade esses equipamentos culturais, além da proposição de novos serviços para serem realizados aos diferentes públicos.

Os documentos apresentados nesta comunicação são uma parte pequena do que veio a ser o projeto e as ações da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura. Qualquer pesquisador poderá, a partir dessas fontes, acrescentar mais discussões ao tema, visto que as questões não foram aqui esgotadas. Ressaltamos o caráter desta pesquisa em trazer novas abordagens, ou melhores discussões, para a Biblioteca Infantil, a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Popular, à luz das políticas culturais.

Assim, o Departamento de Cultura colocou em prática uma política cultural na cidade de São Paulo em 1935, na confluência das gestões do governador Armando de Salles Oliveira e do prefeito Fábio Prado. A Divisão de Bibliotecas foi um dos braços executores dessa política, a fim de que ela atingisse a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth Franca. **Os ilustrados e a política cultural em São Paulo**: o departamento de cultura na gestão Mário de Andrade. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado) -

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p .5, 1 mar. 1936.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 5 mar. 1936.

ANDRADE, Mário de. Bibliotecas Populares. **Revista do Livro**, São Paulo, Ano II, n. 5. p. 7-8, mar. 1957.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília: Briquet Lemos, 2007.

BARBALHO, Alexandre. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

BIBLIOTHECA Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.] , 14 abr. 1936.

BIBLIOTHECA Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 12 fev. 1933.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Câmara Cascudo e Mario de Andrade**: cartas 1924-1944. São Paulo: Global, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DUARTE, Paulo. **Mario de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Memórias.** 3. v. São Paulo: Humanismo, 1974.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1987.

GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura em São Paulo (1935-1938):** políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10661/1/Denise%20Pedroso%20Gomes.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Medellin, v. 23. n. 1/2. p. 13-56, enero/dic., 2000.

MCGUIGAN, Jim. **Culture and the public sphere**. London: Routledge, 1996.

MILANESI, Luís. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo, v. 51, p. 59-64, jan./dez. 1993.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política Cultural**. Barcelona: Gedisa, 2004.

NEGRÃO, May Brooking. **Biblioteca pública municipal de São Paulo**: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico. 1983. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

REIPERT, Herman José. **História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Divisão de Bibliotecas, 1972.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes contradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SÃO PAULO (Cidade). Ato nº 861, de 30 maio de 1935. Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo, 1935a. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0861-1935.pdf>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Ato nº 862, de 30 de maio de 1935. Providencia o provimento dos cargos do Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo, 1935b. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0862-1935.pdf>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Ofício nº 72.030, 3 out. 1935c.

_____. Ato nº 1146, de 4 de julho de 1936. Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e da outras providencias. São Paulo, 1936. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP1146-1936.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. Departamento Municipal de Cultura. Solenidade de inauguração da Biblioteca Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 7, 15 abr. 1936.

[SEM TÍTULO]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.], 6 out. 1936.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes**: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade.** São Paulo: Global, 1995.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

UNESCO. **Cultural policy**: a preliminary study. Paris: Unesco, 1969.

_____. **Declaración de México sobre las políticas culturales** (1982). México DF. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. **Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1949.

_____. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1972.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicações e Artes. Biblioteca. **Entrevista com o professor Rubens Borba de Moraes**. [1972]. 2 CDS (ca. 40). Remasterizado em digital. Discos XCD2197 - XCD2198.

VISITANDO as instalações da futura biblioteca municipal infantil. **Diário da Noite**, São Paulo, [s.p.], 13 fev. 1936.